

Entidades de classe ausentes da votação

Ana Leyla

A votação, no Congresso Nacional, do projeto de Reformulação Partidária, que abre possibilidades para a proposição de emendas que venham a criar a representação política para Brasília, não contará com o apoio de comissões de entidades de classe ou de populares, que em situações semelhantes se mobilizam para pressionar os congressistas.

Para Carlos Sariva e Saraiva, presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, a representação política para Brasília, conquanto seja fundamental, não é coisa tão urgente. "A emenda pode resultar pior que o soneto", parece recearem os líderes classistas do Distrito Federal, que segundo Saraiva e Saraiva revela, temem mais um casuismo do tipo representação atrelada, onde o governo se aproveitaria de pessoas que estão querendo subir e em cima disto "faturar" o momento de abertura.

"Há unanimidade com relação à necessidade de representação política para Brasília. E como deve ser ela que está causando discussão", afirma Saraiva e Saraiva, que informa estarem sendo realizadas reuniões entre os representantes de classe locais para que se chegue a um posicionamento sobre o assunto. Importante, de qualquer forma, segundo ele, é que a idéia seja amplamente debatida pela população, através de suas associações de base, "para que a representação política não seja uma coisa imposta de cima para baixo", porque, de resto, acha ele inevitável que esta se concretize, mais dia menos dia e quando isto acontecer, "no mar de rosas que Brasília tem parecido ser, vão aflorar todos os problemas que a cidade vive — mas mesmo breando o governo vai ter que abrir".

Para a Associação Comercial do Distrito Federal, que vem se posicionando favorável à criação da representação política para Brasília há bastante tempo, nenhuma mobilização especial foi preparada para hoje, à semelhança de outras oportunidades, "porque este projeto de reformulação partidária é uma imposição e porque há um grande descontentamento com a bancada da Arena", explicou um assessor de Lindberg Aziz Cury, presidente da ACDF.

"Em todas as outras ocasiões", lembra ele, "quando era votado algum projeto que instituía, a qualquer nível que fosse, a representação política para o DF, a ACDF promovia grandes mobilizações entre seus associados, levando comissões à Câmara para dialogar com os congressistas, que sempre alegaram não poder discordar de orientações do partido, o que nos decepcionou profundamente.

Além do mais, desta feita ocorre que o projeto enviado pelo governo deverá ser sancionado dentro dos termos propostos, não cabendo pressão, pois trata-se de coisa imposta de cima para baixo, o que é contrário ao posicionamento da ACDF".

De qualquer forma, ressalta a fonte, o que disto resultar para a instituição da representação política para a Capital da República "será considerado uma vitória".

Durante o IX Congresso Nacional de Administração de Pessoal realizado em Brasília, no período de 21 a 24 deste mês, o conselheiro de Educação do Distrito Federal, Nelson Braga Octaviano Ferreira, defendeu a instituição da representação política para a capital do país, tendo em vista ser a cidade "fruto de um projeto político, com função política capital e destino também político, sendo impossível atingir este objetivo sem o livre exercício de participação dos seus habitantes".

Para ele, num momento como este, o que há "é exatamente a falta de mecanismos de expressão que leva a uma falsa noção de apatia da população para assuntos políticos, mas este próprio silêncio é um indicador muito forte de que o governo precisa se interessar em ouvir o pensamento da população brasileira". Por outro lado ele acrescenta que existe uma mitificação no sentido de se manter a sede do governo alheia às movimentações políticas, no falso receio de que elas trariam intranquilidade à máquina administrativa aqui instalada.

"Em Brasília", diz ele, "falta o exercício democrático de participação, o que na minha perspectiva traz graves consequências tanto para a população, em termos educativos, como para o governo e a classe política, que perdem a oportunidade de sentir o *feed back* de sua ação por parte de uma população de excepcional nível cultural e econômico, se comparado com o resto do país. Por outro lado, também interessa ao governo e à classe política ouvir os anseios da população de baixa renda, uma vez que sua não-participação leva aos sintomas de rejeição caracterizados pela marginalidade, criminalidade e depredação".

Nelson Braga acredita que a participação política plena levará à representação direta na Câmara, Senado e mesmo à criação de uma assembléia do Distrito Federal: "Como o alcance de tais objetivos demanda emendas à Constituição, o que tem se revelado processo lento, proponho como etapa no sentido da representação política plena a instituição, por lei ordinária, de um sistema de planejamento participativo aberto, no DF, o que resultaria na representação plena em outra etapa".

Entidades de classe ausentes da votação

Ana Leyla

A votação, no Congresso Nacional, do projeto de Reformulação Partidária, que abre possibilidades para a proposição de emendas que venham a criar a representação política para Brasília, não contará com o apoio de comissões de entidades de classe ou de populares, que em situações semelhantes se mobilizam para pressionar os congressistas.

Para Carlos Sariva e Saraiva, presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, a representação política para Brasília, conquanto seja fundamental, não é coisa tão urgente. "A emenda pode resultar pior que o soneto", parece recearem os líderes classistas do Distrito Federal, que segundo Saraiva e Saraiva revela, temem mais um casuismo do tipo representação atrelada, onde o governo se aproveitaria de pessoas que estão querendo subir e em cima disto "faturar" o momento de abertura.

"Há unanimidade com relação à necessidade de representação política para Brasília. E como deve ser ela que está causando discussão", afirma Saraiva e Saraiva, que informa estarem sendo realizadas reuniões entre os representantes de classe locais para que se chegue a um posicionamento sobre o assunto. Importante, de qualquer forma, segundo ele, é que a idéia seja amplamente debatida pela população, através de suas associações de base, "para que a representação política não seja uma coisa imposta de cima para baixo", porque, de resto, acha ele inevitável que esta se concretize, mais dia menos dia e quando isto acontecer, "no mar de rosas que Brasília tem parecido ser, vão aflorar todos os problemas que a cidade vive — mas mesmo breando o governo vai ter que abrir".

Para a Associação Comercial do Distrito Federal, que vem se posicionando favorável à criação da representação política para Brasília há bastante tempo, nenhuma mobilização especial foi preparada para hoje, à semelhança de outras oportunidades, "porque este projeto de reformulação partidária é uma imposição e porque há um grande descontentamento com a bancada da Arena", explicou um assessor de Lindberg Aziz Cury, presidente da ACDF.

"Em todas as outras ocasiões", lembra ele, "quando era votado algum projeto que institua, a qualquer nível que fosse, a representação política para o DF, a ACDF promovia grandes mobilizações entre seus associados, levando comissões à Câmara para dialogar com os congressistas, que sempre alegaram não poder discordar de orientações do partido, o que nos decepcionou profundamente.

Além do mais, desta feita ocorre que o projeto enviado pelo governo deverá ser sancionado dentro dos termos propostos, não cabendo pressão, pois trata-se de coisa imposta de cima para baixo, o que é contrário ao posicionamento da ACDF".

De qualquer forma, ressalta a fonte, o que disto resultar para a instituição da representação política para a Capital da República "será considerado uma vitória".

Durante o IX Congresso Nacional de Administração de Pessoal realizado em Brasília, no período de 21 a 24 deste mês, o conselheiro de Educação do Distrito Federal, Nelson Braga Octaviano Ferreira, defendeu a instituição da representação política para a capital do país, tendo em vista ser a cidade "fruto de um projeto político, com função política capital e destino também político, sendo impossível atingir este objetivo sem o livre exercício de participação dos seus habitantes".

Para ele, num momento como este, o que há "é exatamente a falta de mecanismos de expressão que leva a uma falsa noção de apatia da população para assuntos políticos, mas este próprio silêncio é um indicador muito forte de que o governo precisa se interessar em ouvir o pensamento da população brasileira". Por outro lado ele acrescenta que existe uma mitificação no sentido de se manter a sede do governo alheia às movimentações políticas, no falso receio de que elas trariam intranquilidade à máquina administrativa aqui instalada.

"Em Brasília", diz ele, "falta o exercício democrático de participação, o que na minha perspectiva traz graves consequências tanto para a população, em termos educativos, como para o governo e a classe política, que perdem a oportunidade de sentir o *feed back* de sua ação por parte de uma população de excepcional nível cultural e econômico, se comparado com o resto do país. Por outro lado, também interessa ao governo e à classe política ouvir os anseios da população de baixa renda, uma vez que sua não-participação leva aos sintomas de rejeição caracterizados pela marginalidade, criminalidade e depredação".

Nelson Braga acredita que a participação política plena levará à representação direta na Câmara, Senado e mesmo à criação de uma assembléia do Distrito Federal: "Como o alcance de tais objetivos demanda emendas à Constituição, o que tem se revelado processo lento, proponho como etapa no sentido da representação política plena a instituição, por lei ordinária, de um sistema de planejamento participativo aberto, no DF, o que resultaria na representação plena em outra etapa".